# ESTUDOS DE REDE URBANA COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO: PERCEPÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO\*

Rafael Henrique Moraes Pereira\*\*

Miguel Matteo\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa *Dinâmica Urbana dos Estados*, que deu origem a este livro, buscou elaborar uma reflexão conjunta do Ipea com as instituições da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) acerca dos limites e dos avanços dos principais estudos sobre rede urbana no Brasil. Visando à futura realização de uma nova pesquisa sobre o tema no país, as discussões ao longo do projeto tiveram uma inquietação constante quanto ao grau de aproveitamento dos estudos sobre rede urbana pelo setor público (na orientação e no planejamento de políticas públicas) e pelo setor privado (na orientação e no planejamento de suas estratégias e investimentos).

Compreender os processos e critérios por detrás da alocação e hierarquização dos investimentos públicos e privados pode se constituir em uma peça importante para a reorganização dos estudos nacionais sobre rede urbana, de forma a imprimir neste tipo de pesquisa um maior potencial para seu aproveitamento na tomada de decisão do Estado, do mercado e da sociedade. Buscando lidar com esta questão, uma das atividades desenvolvidas pelas equipes estaduais que participaram da pesquisa consistia na realização de entrevistas com uma série de atores institucionais públicos e privados.

O objetivo dessas entrevistas foi realizar um levantamento junto a esses atores sobre a sistemática adotada pelas instituições entrevistadas acerca dos critérios utilizados para alocação de equipamentos ou investimentos que tenham

<sup>\*</sup> Os autores agradecem às equipes de pesquisa das instituições estaduais pelo esforço empreendido na pesquisa *Dinâmica Urbana dos Estados*, e aos pesquisadores do Ipea Luciana Mendes Santos Servo e Bernardo Alves Furtado pelos seus comentários, sem responsabilizá-los pelos erros porventura remanescentes.

<sup>\*\*</sup> Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

características de redes hierárquicas. O roteiro das entrevistas possibilitou ainda identificar o grau de conhecimento destes atores sobre os estudos de rede urbana no país e sua forma de apropriação na orientação de políticas públicas estaduais ou na orientação dos investimentos do setor privado.

As análises das equipes estaduais sobre as entrevistas realizadas foram organizadas em formato de relatórios pelas equipes estaduais e sistematizadas posteriormente pela equipe do Ipea. O propósito deste capítulo é apresentar as principais conclusões depreendidas destas entrevistas. Deve-se observar que os resultados obtidos pelas entrevistas não expressam representatividade do ponto de vista estatístico. Os resultados obtidos com a análise dos discursos das instituições entrevistadas, contudo, podem dar importantes informações para o aprimoramento dos estudos de rede urbana para fins de planejamento.

A metodologia empregada pelas equipes estaduais nas entrevistas previu a aplicação de um roteiro de perguntas abertas com pessoas que respondiam pelas instituições. Dessa forma, as perguntas foram feitas no sentido de se captarem as lógicas utilizadas pelas instituições, e não as percepções individuais.

A meta inicial previa que as entrevistas fossem realizadas com pelo menos quatro instituições em cada estado, sendo ao menos três públicas (secretarias estaduais de Educação e Saúde e o escritório local do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE) e ao menos uma instituição do setor privado (setor produtivo ou de serviços). No cômputo geral, foram realizadas 60 entrevistas (dez escritórios do IBGE, 35 instituições públicas e 15 instituições do setor privado) em dez estados¹ com instituições como as descritas a seguir.

### Setor público:

- centros de formação de soldados da polícia militar;
- escritórios estaduais do IBGE;
- secretarias de Desenvolvimento Urbano;
- secretarias de Estado da Segurança Pública e Defesa Social;
- secretarias de Saúde;
- secretarias de Educação;
- secretarias de Estado do Planejamento e Desenvolvimento;
- secretarias de Estado de Trabalho e Assistência Social;
- secretarias de Indústria e Comércio;

<sup>1.</sup> Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

- agências metropolitanas de transportes urbanos;
- órgãos de estatística e análise de dados estaduais;
- coordenadorias de ensino de região metropolitana;
- núcleos universitários de estudos de políticas públicas; e
- coordenadorias de unidades de ensino superior de graduação de escolas técnicas estaduais.

#### Setor privado:

- Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae);
- federações de indústrias dos estados;
- setor de transporte coletivo (incluindo entrevistados do segmento sindical, de empresa de comercialização de veículos para transporte de massa e de empresa de transporte de passageiros, logística em transportes multimodais e comércio de veículos);
- federações de associações rurais dos estados;
- sindicatos da construção civil dos estados;
- empresas de saneamento dos estados; e
- companhias de gás dos estados.

### 2 ATORES INSTITUCIONAIS DO SETOR PÚBLICO

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas instituiu 361 microrregiões homogêneas no Brasil para fins estatísticos e de planejamento.<sup>2</sup> Estes espaços homogêneos eram definidos com base nas *formas de organização em torno da produção*, e foram delimitados considerando-se um conjunto de mapas e estatísticas sobre topografia e acessibilidade quanto a transportes, síntese climática, distribuição da população, estrutura fundiária, produção agrícola, distribuição de áreas de pastagem e lavouras e distribuição de tipos de centros industriais (IBGE, 2002).

Na passagem da década de 1980 para 1990, o IBGE substituiu a antiga divisão de microrregiões homogêneas por uma nova divisão do território nacional em 558 microrregiões geográficas. Segundo o IBGE (2002), esta nova divisão visava suplantar o critério de homogeneidade, baseando-se na identificação de estruturas de produção diferenciadas que considerassem as relações entre os mu-

<sup>2.</sup> Essas microrregiões homogêneas vieram a substituir as 228 zonas fisiográficas que foram instituídas pelo IBGE para fins estatísticos em meados da década de 1940 (IBGE, 2002).

nicípios ao nível local (em termos de produção, distribuição, consumo no varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos). Este conjunto de microrregiões geográficas agrega conjuntos de municípios contíguos (mínimo de um e máximo de 41 municípios) e permanece ainda hoje como uma das divisões oficiais do IBGE para fins estatísticos e de planejamento.

Não obstante a existência desse recorte territorial estabelecido pelo governo federal, as administrações estaduais entrevistadas vêm trabalhando com suas próprias sub-regionalizações estaduais para fins administrativos.<sup>3</sup> Estas sub-regionalizações, por sua vez, assumem os nomes mais variados, como regiões de governo (SP, RJ), regiões de planejamento (GO, MT, PR), territórios de identidade (BA), regiões de integração (PA), regiões de desenvolvimento (MS), microrregiões administrativas de gestão (ES).

O grau de apropriação da proposta de microrregiões geográficas oficiais do IBGE para o desenvolvimento das sub-regionalizações estaduais é variado. Há desde algumas secretarias que não consideram as microrregiões do IBGE até aquelas secretarias que buscam adequá-las para a definição de regionalizações próprias ao estado. O que se observa nas secretarias estaduais entrevistadas é que estas modificações seriam feitas no intuito de se adequar a regionalização oficial do estado às lógicas próprias subjacentes às diferentes áreas de atuação do governo.

Esse é o caso das secretarias de Saúde que possuem regionalizações específicas em cada estado. A regionalização da assistência à saúde no Brasil é regulamentada pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (Noas), que deu continuidade ao processo de descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2001). Esta norma estabelece as diretrizes gerais para a elaboração pelos estados de planos diretores de regionalização da saúde (PDRS) visando garantir o acesso da população às ações e aos serviços de saúde, em qualquer nível de atenção. Estes serviços podem ser prestados diretamente pelo município ou mediante o estabelecimento de compromissos entre gestores intermunicipais, pela criação das regiões de saúde. Este processo deve buscar a equidade na distribuição territorial do acesso, segundo critérios de acessibilidade, economia de escala e escopo e perfil epidemiológico.

<sup>3.</sup> A Constituição Federal de 1988 prevê no seu Artigo 25 que os estados brasileiros podem, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes. O estabelecimento destas subunidades territoriais tem como finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

<sup>4.</sup> Devem ser definidos módulos assistenciais, correspondendo ao nível mínimo de organização necessário para resolver os problemas de saúde de menor complexidade. As regiões de saúde podem ser compostas por um ou mais módulos assistenciais (BRASIL, 2001). O termo região de saúde está sendo utilizando aqui em sentido amplo, incluindo-se as definições de micro e macrorregiões de saúde empregadas na elaboração dos PDRS.

<sup>5.</sup> A economia de escala diz respeito à distribuição dos serviços de acordo com o agrupamento das demandas existentes, mas também leva em conta a necessária distribuição dos recursos abundantes que não se beneficiam da escala (por exemplo, atenção primária mesmo nos municípios que não tenham a população mínima prescrita pela Noas). A economia de escopo se refere à concentração de serviços especializados que não devem ser dispersos no

Em um processo de colaboração com as secretarias municipais, os PDRS seriam elaborados pelas secretarias estaduais a fim de se definirem critérios para os planos complementares, projetos e ações da saúde no estado servindo de referência para alocação de equipamentos e outros recursos destinados às ações e serviços de saúde. Em alguns estados, a secretaria de Saúde também busca estruturar colegiados de gestão em diferentes sub-regiões do estado. É neles que se definem, por exemplo, as estratégias e a implantação de serviços de saúde, o que caracterizaria, portanto, uma gestão definida por um plano diretor com conselhos regionais sob um modelo de gestão participativo que vem se consolidando no país desde a Constituição de 1988.

As secretarias estaduais de Saúde afirmaram se utilizar de uma série de indicadores, informações ou dados estatísticos para tomada de decisão ao alocarem seus investimentos e equipamentos. Entre eles, foram destacadas informações sobre a dinâmica da população (aferida por meio de indicadores socioeconômicos e demográficos) e a infraestrutura instalada no município. Neste ponto, a existência de hospital universitário foi apontada como elemento fundamental para a implantação de determinados equipamentos de alta complexidade. Algumas secretarias estaduais de Saúde apontaram ainda outras informações que consideram importantes para alocação de seus investimentos, entre eles:

- perfil epidemiológico dos municípios, segundo o qual são consideradas as taxas de mortalidade de diversos tipos (infantil, materna, cardiovascular, cerebrovascular etc.);
- grau de acessibilidade ao município, que considera *i*) a distância entre os pontos assistenciais; *ii*) o tipo de pavimento de ligação rodoviária entre os pontos; *iii*) os fluxos de saúde existentes (procedência e local de ocorrência de internações e de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e custo); e *iv*) a densidade tecnológica de cognição e de produto;
- economia de escala, de acordo com a qual se considera o volume populacional, sendo o mínimo de 150 mil habitantes para delimitar microrregiões e 500 mil habitantes para as macrorregiões; e
- economia de escopo, que é definida pelo serviço de hospitais de maior porte (microrregionais com mais de 100 leitos) ou de especialização induzida.

Assim como no setor de saúde, o setor de educação também adota regionalizações próprias em cada estado. Nas Unidades da Federação entrevistadas com

território devido à sua complexidade e menor demanda. Por exemplo, cirurgias cardíacas possuem demanda mais reduzida e, para que sejam realizadas com mais frequência, deve ser um serviço concentrado espacialmente, a fim de atender a um maior número de pacientes. Além destes critérios, a secretaria de Saúde trabalha principalmente com hospitais e outros equipamentos já existentes, levando em conta, no momento de alocar novos serviços, a disponibilidade de espaço físico e de recursos humanos. Inclusive, considera-se a existência de hospitais e equipamentos privados ou filantrópicos que, em convênio com o SUS, podem vir a fazer parte da rede de serviços estadual.

uma ocupação urbana mais rarefeita, por exemplo, a distribuição das escolas de ensino médio costuma priorizar aqueles municípios com maior potencial de polarização da demanda. Dessa forma, a alocação destas escolas não é orientada somente pela população do município, mas também pelo conjunto de municípios vizinhos que, somados, proporcionam uma demanda com escala suficiente para alocação daquela infraestrutura. Em alguns casos, a regionalização é feita levando-se em conta não apenas o aspecto demográfico, mas características específicas de determinadas localidades (como a dificuldade de acesso, presença de população indígena ou quilombola, áreas rurais extensas, entre outras).

Embora algumas secretarias estaduais de educação tenham apontado a influência de critérios políticos para a distribuição de escolas e cursos no estado, a maioria das secretarias destacou a utilização de alguns critérios objetivos que orientam suas decisões na alocação de equipamentos. Além de informações fundamentais fornecidas pelo IBGE, como tamanho populacional e perfil socioeconômico e demográfico dos municípios (obtidas nos censos demográficos e nas estimativas oficiais de população), as secretarias buscam utilizar informações obtidas por meio dos seus próprios registros administrativos, como número de alunos matriculados nos municípios e estimativas de demanda por matrículas.

Salienta-se, contudo, que o grau de sofisticação dos indicadores utilizados pelas secretarias em geral varia de acordo com os diversos níveis de consolidação institucional de cada secretaria. Merece destaque o caso do estado de São Paulo, onde a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) elaborou, a pedido da Secretaria de Educação, projeções de demanda escolar até 2020 construídas segundo distintos cenários demográficos e de escolarização para as várias regiões paulistas, com informações detalhadas por nível de ensino e desagregadas por municípios.

No caso da área de segurança pública, a localização das delegacias e batalhões em geral segue critérios mais objetivos, como os registros oficiais das secretarias estaduais e outras informações municipais como os boletins de ocorrência (BOs). O nível de violência extraído destes BOs, *vis-à-vis* o tamanho da população, foi mencionado como fator determinante para a localização de equipamentos como delegacias ou batalhões de policiamento. Quanto à localização de presídios, as secretarias entrevistadas apontaram como principal fator nesta decisão a existência de oferta de terrenos por parte das autoridades municipais, o que de alguma maneira refletiria o papel de critérios políticos e de alianças para a alocação destes investimentos.

Ao longo das entrevistas, algumas secretarias estaduais de Planejamento também apontaram que têm feito um esforço de regionalizar os investimentos

previstos nos planos plurianuais (PPAs) estaduais, embora com sucesso ainda modesto. Em geral, os PPAs acabam se tornando um exercício apenas de alocação dos recursos orçamentários por setores de ação do governo. Uma tentativa de territorializar estes investimentos — criando-se um diálogo entre estes planos e a regionalização de cada setor — foi apontada como um dos principais desafios de algumas secretarias estaduais entrevistadas, na medida em que seria difícil romper com as formas tradicionais de se compor o orçamento em que a distribuição setorial é a mais utilizada. Esta fala dos entrevistados ilustra as dificuldades de se ter uma visão regional quando se pensa o orçamento do estado. Possivelmente, o fato de o orçamento ainda apresentar um caráter, basicamente, setorial (estabelecendo pouco diálogo com a perspectiva territorial) contribui para a pouca utilização dos estudos de rede urbana no planejamento de políticas públicas.

Ainda no âmbito dos atores públicos, foram entrevistadas algumas secretarias estaduais de Planejamento e as agências estaduais do IBGE. Assim como os escritórios estaduais do IBGE entrevistados disseram não ter conhecimento apurado das regionalizações utilizadas pelas secretarias estaduais, a maioria das secretarias disse ter pouco ou nenhum conhecimento dos estudos sobre rede urbana realizados pelo IBGE, como a pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008). Mesmo as secretarias que demonstraram maior conhecimento sobre estes estudos, no entanto, reconheceram que tais estudos são pouco considerados na definição de suas regionalizações.

Os discursos dos agentes entrevistados apontariam, dessa forma, para uma falta de diálogo e possivelmente de cooperação entre estes órgãos (secretarias estaduais e escritórios locais do IBGE). Com isso, observa-se o não aproveitamento de um potencial de cooperação entre os principais órgãos públicos estaduais e federais no tratamento de questões de planejamento e ordenamento territorial.<sup>6</sup>

#### 3 ATORES INSTITUCIONAIS DO SETOR PRIVADO

No que se refere às instituições entrevistadas do setor privado, apenas algumas afirmaram planejar suas ações e investimentos utilizando-se de sub-regionalizações do território. A questão espacial, contudo, não é relegada pelas instituições entrevistadas, que, em geral, se mostraram atentas a questões como raio de alcance de mercados ou fontes de matéria-prima (em especial nos casos em que a obtenção deste insumo é fundamental para o processo produtivo, como nas agroindústrias).

<sup>6.</sup> O descompasso entre a atuação do IBGE e as Unidades Federativas também ficou evidenciado ao longo do segundo workshop da pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados, realizado em Curitiba em novembro de 2009. Naquela ocasião, as equipes técnicas das instituições de planejamento e pesquisa estaduais explicitaram, em diferentes momentos ao longo do evento, certa insatisfação com as análises feitas pelo REGIC de suas estruturas regionais. Ficou claro para os participantes do evento que esta inadequação do tratamento dado à rede urbana de cada estado se deve, sobretudo, ao fato de que o principal foco dos estudos do IBGE e da abordagem utilizada neste estudo da REGIC priorizam as análises em escala nacional, o que não poderia ser muito diferente, uma vez que se trata de um órgão federal.

A questão dos custos de transporte foi apontada como importante elemento incorporado pelas entrevistas na tomada de decisão para alocar seus investimentos, seja para a produção ou para a logística (armazenamento e distribuição).

No que se refere aos critérios adotados para alocação de serviços e investimentos pelos atores do setor privado, há clara orientação por aqueles critérios já consagrados em análises mercadológicas. Entre os aspectos mais considerados estão:

- demanda potencial;
- análise de viabilidade;
- infraestrutura urbana;
- indicadores populacionais;
- incentivos fiscais;
- existência de mão de obra qualificada;
- número de empresas na região;
- investimentos públicos e privados previstos para a região;<sup>7</sup>
- infraestrutura de transportes existente;
- oferta de energia; e
- análise de risco e liquidez do mercado.

Embora a maioria das instituições entrevistadas tenha dito que acharia relevante a utilização de estudos sobre a rede urbana para orientar a alocação de suas atividades, observou-se um desconhecimento geral acerca destas pesquisas realizadas no país. Um dos entrevistados sugeriu que os estudos sobre rede urbana seriam mais bem aproveitados pelo setor privado se o seu foco fosse direcionado para questões dos investimentos privados localizados nos estados e a dinâmica econômica gerada por eles. Apesar de utilizarem algumas fontes de dados mais tradicionais (pesquisas do IBGE, Rais, CAGED etc.), alguns entrevistados do setor privado destacaram os limites de uso destas informações pelo grau de desatualização dos dados frente à rapidez exigida nas suas tomadas de decisão.

Os grandes investimentos, em particular, seguem focados em taxa interna de retorno e fortemente orientados por estudos de prospecção de potencial explorador nos municípios, ficando a consideração da dinâmica urbana reduzida

<sup>7.</sup> No caso do estado de Goiás, em particular, o ator institucional entrevistado deu um claro exemplo da influência que a execução de políticas públicas teve sobre as ações do setor privado. Uma das instituições privadas entrevistadas afirmou que a presença do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009-2010 (programa federal desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário) nos municípios teve certa influência sobre seus produtores federados ao decidirem sobre onde fariam seus investimentos.

a uma importância secundária. Isto ajuda a entender, por exemplo, os resultados encontrados nos estados do Pará e do Rio de Janeiro, em que alguns municípios seguem com elevada dinâmica econômica puxada por atividades de extração mineral, mas sem desenvolverem necessariamente suas condições de dinâmica urbana de equipamentos e serviços.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No que se refere aos critérios adotados para alocação de serviços e investimentos, pôdese identificar certa convergência entre os aspectos básicos considerados tanto pelos atores institucionais do setor privado quanto do setor público. Estes critérios envolvem as condições da infraestrutura viária nos municípios, a existência de mão de obra qualificada, informações sobre a dinâmica demográfica, indicadores socioeconômicos e as macroestratégias do governo do estado definidas no PPA estadual.

Particularmente para os atores do setor público, somam-se a esses critérios algumas normas e procedimentos do governo federal, especificamente, adotados pelas secretarias de Saúde e Educação, além dos investimentos e programas previstos nos PPAs estaduais. Diversos atores públicos reconheceram também a variável política como uma importante influência na definição das regionalizações estaduais e da ordem de prioridades na distribuição de alguns equipamentos públicos.

Para as secretarias estaduais de Saúde e Educação, é curioso observar que, embora os estudos sobre a rede urbana não sejam considerados de maneira explícita e intencional nas suas decisões, as regionalizações destes setores definidas em cada estado acabam refletindo (podendo até reforçar) as posições de centralidade dos municípios que compõem sua rede urbana estadual. Em linhas gerais, esta constatação indica que, mesmo sendo considerados diversos indicadores epidemiológicos e educacionais, a dinâmica populacional por detrás destes indicadores parece desempenhar um papel definidor, seja das especificidades setoriais em cada município, seja da caracterização do seu papel na rede urbana do estado.

No que tange ao planejamento de serviços e investimentos das secretarias públicas entrevistadas nos estados, pode-se observar que, em geral, os órgãos estaduais não trabalham com a divisão microrregional proposta pelo IBGE. No mesmo sentido, nota-se que apenas alguns atores institucionais entrevistados demonstraram conhecimentos sobre os estudos de rede urbana, o que evidencia falta de interlocução entre as secretarias estaduais e as agências regionais do IBGE e, em alguma medida, insuficiência de apropriação destes estudos pelos atores do setor privado.

Conforme captado pelas entrevistas, em geral, nem os atores públicos nem os privados utilizam os estudos sobre rede urbana para subsidiarem suas ações (em alguns casos, observou-se total desconhecimento destes estudos). Apesar deste

geral desconhecimento, a maioria dos atores institucionais demonstrou interesse por este tipo de pesquisa, afirmando que utilizariam estes estudos para o planejamento de suas estratégias territoriais.

Contudo, é curioso observar que os discursos de diversos entrevistados não apenas explicitam um reconhecimento de que as cidades possuem suas áreas de influência, mas também demonstram subjacentemente um conhecimento tácito das noções de centralidade e de hierarquia urbana. Embora os estudos sobre a rede urbana não sejam considerados de maneira explícita e intencional nas decisões destes atores institucionais, o resultado concreto da alocação de seus serviços e de seus investimentos acaba refletindo (e até reforçando) as posições de centralidade dos municípios que compõem sua rede urbana estadual. Em suma, a alocação de equipamentos mais complexos (por exemplo, escolas de nível médio, universidades, hospitais com serviços especializados etc.) é orientada para municípios-polos, de modo a atender uma região de integração, adotando claramente um critério da polarização.

Com base nas falas das instituições entrevistadas, pôde-se identificar que as estratégias de alocação territorial de equipamentos e investimento públicos e privados são claramente influenciadas, ainda que não intencionalmente, pela dinâmica urbana presente em cada estado, o que contribui para reforçar as centralidades já existentes, acentuando o caráter inercial da estrutura hierárquica da rede urbana.

A incorporação de estudos sobre a rede urbana brasileira enquanto ferramenta de planejamento na tomada de decisão de agentes públicos e privados se coloca como um desafio ainda a ser superado. A breve análise das entrevistas apresentada neste capítulo sugere que a superação deste desafio poderia passar pela organização de estudos que utilizem dados atualizados com maior frequência, que abordem temas de relevância para diversas áreas de planejamento (questões ambientais, federativas, de integração produtiva e de logística etc.) e que lancem mão de escalas de análise mais detalhadas, capazes de captar as especificidades locais da dinâmica urbana sem perder sua conexão com as tendências observadas nos níveis regional e nacional.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Congresso Nacional. Senado. **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Regionalização** da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso. Norma operacional da assistência à saúde — Noas-SUS 01/01, portaria MS/GM n. 95, de 26 de janeiro de 2001, e regulamentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão territorial brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

\_\_\_\_\_. Região de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); UNIVER-SIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Configuração atual e tendências da rede urbana.** Brasília: Ipea, 2001. 396 p. (Série características da rede urbana do Brasil, vol.1).